

ATA Nº 4

Aos dezasseis dias do mês de abril, do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia de Colmeias e Memória, no salão do edifício sede da Junta de Freguesia, sito na rua Alfredo de Sousa Brandão, nº 71, lugar da Eira Velha, de acordo com o disposto na alínea a), do artigo 11, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, para uma sessão ordinária com a seguinte Ordem do Dia:

1- Informação escrita do senhor presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia- Apreciação;

2- Inventário dos bens-Apreciação;

3- Documentos da Apreciação de contas do ano 2017- Apreciação e deliberação”

Pelas vinte e uma horas e dezasseis minutos, e não faltando qualquer elemento da Assembleia, o senhor presidente da Assembleia saudou os presentes, declarou aberta a sessão e relembrou a ordem do dia fazendo a sua leitura.

Entrou-se no período antes da ordem do dia tendo-se inscrito o senhor Fernando Estrada, do lugar da Confraria, para expor uma situação grave que o incomodou a ele e a um seu vizinho, há cerca de dois meses. Tratou-se de um problema elétrico provocado pela queda de fios junto da sua casa no lugar da Confraria que, segundo afirmou, lhe causou um prejuízo de cerca de dois mil euros. Disse que não compreendia como é que a EDP ainda não substituiu os fios por um cabo único, pois são apenas cerca de cento e oitenta metros que estão em causa (quatro postes). Pediu pois ajuda ao senhor presidente da Junta de Freguesia para que interferisse junto da EDP de modo à rápida resolução do problema.

Respondeu o senhor Presidente da Junta saudando os presentes e dizendo que situações idênticas ainda existem na freguesia assim como casos de candeeiros obsoletos não se compreendendo a falta de investimento para resolver determinadas situações. Solicitou ao senhor Fernando Estrada que lhe fizesse chegar as fotos documentais para tentar resolver o problema.

Inscreveu-se a senhora Anabela Lourenço para manifestar o seu descontentamento pelo envio tardio dos documentos relativos à reunião de Assembleia de Freguesia, de modo a serem analisados convenientemente. Solicitou que os mesmos fossem enviados com pelo menos oito dias de antecedência. Interpelou então o senhor presidente da Junta perguntando para quando estava prevista a segunda fase da obra relativa às instalações da feira da Memória. Quis saber igualmente qual era o ponto da situação relativamente ao saneamento na freguesia. Também questionou o senhor presidente da Junta por que motivo o executivo não aderiu à opção oferecida pelo serviço de Finanças de modo a poderem ajudar os cidadãos no preenchimento do modelo três do IRS, à semelhança do que fizeram outras freguesias.

Tomou a palavra o senhor presidente do executivo para afirmar que relativamente aos trabalhos da feira, os mesmos tinham sido adjudicados na semana anterior e que se iriam iniciar até finais de abril ou início de maio. Disse ainda que a sua conclusão está prevista para finais de agosto, sendo depois a reparação da estrada da responsabilidade da Câmara Municipal de Leiria. Relativamente ao preenchimento do IRS, a Junta de Freguesia disponibilizou o espaço para que os funcionários das Finanças pudessem vir fazer tal serviço, dado a Junta de Freguesia não ter funcionários suficientes e disponíveis, dado o imenso trabalho e funções que lhe são solicitadas constantemente. Relativamente ao saneamento da Memória afirmou que não seria feito nos próximos quatro anos. Esclareceu ainda a senhora Anabela que as obras em curso no Barreiro são simplesmente

a requalificação da via que vai de Lagares ao Barreiro e que apesar da insistência da Junta de Freguesia junto da Câmara Municipal para que se fizesse o saneamento, recebeu a informação de que tal não será feito nos próximos vinte ou trinta anos, devido ao reduzido número de habitantes que iria servir. Nesses lugares, como noutros da União de Freguesias, tal obra não se tornaria viável visto tratar-se de um investimento muito elevado sem o devido retorno.

Usou da palavra, de seguida, o senhor Adriano Costa realçando que vivemos numa freguesia envelhecida com muitas solicitações e poucos recursos.

Pediu a palavra o senhor Rui Lagoa para referir que seria importante arranjar uma forma de conseguir que o público aderisse às reuniões desta Assembleia. Falou ainda dos perigos para a segurança rodoviária na zona da empresa Suinigrupo. Quando chove, acumulam-se ali grandes quantidades de água. O mesmo acontece na zona onde ardeu a oficina de automóveis, nas Areias. A água invade a estrada mesmo no centro da curva. Disse ser urgente rever estas situações. Na Raposeira, junto ao local de apoio ao peregrino, o alcatrão já está no ar. Há que fazer manutenção. Perguntou também se na freguesia há algum contentor para a reciclagem de “monstros”.

Como resposta o senhor presidente do executivo afirmou que o problema das Areias é crónico e se deve, em parte, à falta de investimento dos empresários. As fábricas não têm poços de decantação. A situação está a ser acompanhada. Como a estrada é da Câmara Municipal, é esta que deve atuar. Quanto ao problema da Raposeira, o projeto inicial não contemplava passeios. Procurou-se uma solução. Houve quem permitisse cortar muros. Gastou-se toda a verba disponível numa das bermas. Espera-se solução até agosto. Informou ainda que existe um contentor par reciclagem junto ao campo de futebol. As pessoas é que não o usam convenientemente. A Junta vai tentar negociar um terreno para fazer um centro de triagem. Para aumentar o número de participantes nas Assembleias de Freguesia, não é fácil arranjar solução. No anterior mandato fizeram-se alguns contactos telefónicos no sentido de convocar algumas pessoas. No entanto, o resultado foi pouco significativo. Na tentativa de conseguir mais pessoas nas reuniões, a Junta de Freguesia irá descentralizá-las. A próxima será na Memória.

O senhor Vítor Henriques voltou a manifestar interesse em que houvesse na Memória algo que homenageasse o professor João Pereira Jorge. Propôs que o largo onde se realiza a feira se venha a chamar Largo Professor João Pereira Jorge. Disse ter já contactado algumas pessoas que habitam nas imediações e não notou oposição à ideia. Falou do mercado da aldeia e da dificuldade que muitos memorienses têm em aceitar que a obra continue parada e a estrada cortada. Relativamente à rotunda do Toco, voltou a frisar que a mesma é um convite à infração e que seria de bom senso proceder no local a algumas alterações. Falou do programa Ciclope e da câmara de vigilância que foi colocada no cimo do tanque de água de Santa Margarida. Estranhou o facto de, numa reunião de escuteiros, ter sido solicitada a sua colaboração na vigilância aos fogos no próximo verão. Será que a dita câmara estava inativa? Questionou ainda o senhor presidente da Junta acerca da hipótese de se saber em que pé está o estudo da legalidade da passagem de propriedade dos bens da Junta de Freguesia da Memória para a Associação de Melhoramentos. Será que o Ministério Público está mesmo a trabalhar no caso?

Em resposta o senhor presidente da Junta encarregou o senhor Vítor Henriques de elaborar uma proposta e fazer uma resenha histórica acerca do senhor professor Pereira Jorge. A junta de Freguesia encarregar-se-á de encaminhar o pedido à Câmara Municipal.

As considerações acerca do Mercado da Aldeia, na opinião do senhor presidente da Junta são uma questão de inveja só porque alguém tentou melhorar a situação da feira. “A esperança é uma virtude”. Aproveitou para informar que a obra está adjudicada. Quanto ao processo dos bens da extinta Junta de Freguesia da Memória, a Junta de

Freguesia está disponível para que o senhor Vítor ande e trate do assunto. A Junta já fez o que competia. Quanto ao programa Ciclope, o pedido de candidaturas para vigiar as matas, foi feito à Junta de Freguesia conforme foi feito aos escuteiros. No entanto, tanto quanto é do conhecimento do senhor presidente da Junta, o Ciclope está a funcionar. O caso da rotunda está encerrado. O cidadão que for testemunha de qualquer ilegalidade, tem o dever de denunciar o caso.

Deu-se início ao período da ordem do dia.

Ponto um” - Informação escrita do senhor presidente da Junta de Freguesia acerca da atividade desta e da situação financeira da freguesia - Apreciação;

A senhora Anabela Lourenço manifestou o seu desagrado por, no seu entender, ter recebido os documentos tardiamente. Nenhum dos elementos da Assembleia fez reparos ao documento ou solicitou qualquer informação adicional.

O senhor presidente da Junta de Freguesia tomou a palavra para reforçar a importância daquele documento. Chamou a atenção para o facto de tudo estar explícito com gráficos para que as pessoas pudessem ter a noção das atividades e elevado número de serviços que a Junta presta. Como exemplo referiu que nos primeiros três meses do ano, houve mais de mil e quinhentos atendimentos dos quais cinquenta e dois por cento estão relacionados com os C.T.T. Os pagamentos de água e luz em dinheiro são numerosos, em especial na Memória.

Pedi a palavra o senhor Rui Lagoa para perguntar porque é que a Junta faz o serviço “Pay Shop” se ele não dá lucro. Em sua opinião esse trabalho poderia ser feito noutros locais, libertando os funcionários da Junta de Freguesia para outras funções.

O senhor presidente da Junta teceu várias considerações tentando demonstrar que este é verdadeiramente um serviço público

Ponto dois -”Inventário dos bens-Apreciação;

O senhor presidente da Assembleia considerou bizarra a necessidade de ter de se apreciar aquele documento, pois para tal seria necessário ter em presença os bens físicos nele referidos. Ninguém levantou objeções ao inventário.

Ponto três – Documentos da Apreciação de contas do ano 2017- Apreciação e deliberação”

O senhor presidente da Junta fez uma intervenção que a seguir se transcreve.

“Este executivo tem como referencia para esta intervenção, o relatório de gestão elaborado superiormente e de forma explicita, pela administrativa desta União de Freguesias Dr.ª Catarina, que de forma sucinta e concisa assente em fatos e dados, espelha o rigor que tem sido a administração dos recursos desta União de freguesias, onde este executivo tem vindo ao longo dos últimos anos, a exercer uma política de gestão responsável e transparente, de forma a ser facilmente entendida não só pelos membros desta assembleia, mas também por todos aqueles que se interessam em perceber de que forma estão a ser gastos os dinheiros públicos afetos a esta União de Freguesias.

O rigor descrito na execução orçamental, demonstra de forma cabal a proveniência dos capitais e a aplicação dos mesmos, sendo de realçar a despesa de capital que chega aos 58% ao contrario das despesas correntes a não ultrapassar os 42%.

É de salientar também a execução orçamental, onde a receita prevista foi realizada em 95,52% e a despesa em 99,37%, dando com estes resultados fortes indicadores sobre a realidade do que deve ser a gestão das autarquias, onde a existência destas instituições se devem pautar pela boa gestão dos dinheiros públicos, devendo os responsáveis das mesmas serem detentores de capacidades administrativas e convenientemente assessorados, afim de conseguirem aplicar ao máximo as receitas conseguidas, sem que para isso comprometam as dotações orçamentais.

Nesse desígnio, este executivo foi eficaz, prevenido mesmo a disponibilidade financeira do Município de Leiria, o que nos levou á adjudicação de projetos, como por exemplo a espaço afeto á mudança da feira da Memoria, rotunda do Toco e estrada que liga Lagares ao Barreiro, originando desta forma o apoio camarário para a execução dos respetivos trabalhos.

É com esta perspetiva e empenho que pretendemos continuar, desejando sempre mais rigor aliado a mais investimento, com a noção que muito falta fazer nesta União de freguesias.”

Tomou a palavra a senhora Anabela Lourenço para apresentar algumas dúvidas. No “controlo orçamental de despesas”, rubrica zero ponto, zero vinte, ponto, vinte e dois, ponto, quinhentos e um, quis saber o que se entendia por “bolsas de agentes eleitorais”.

O senhor presidente da Junta esclareceu que esta verba era destinada às pessoas que ocuparam os lugares nas mesas eleitorais.

A senhora Anabela questionou em seguida no “controlo orçamental da receita”, a que se referia o ponto, zero sessenta, ponto, quinhentos e um, ponto, zero um, ponto, zero cinco.

O senhor presidente do executivo informou que o valor em causa se referia à bolsa de agentes eleitorais: dinheiro recebido do estado.

A senhora Anabela Lourenço perguntou por que razão o valor da receita era superior ao valor da despesa.

O senhor presidente da Junta disse que o estado participava sempre com um valor superior, até porque a despesa não se resumia apenas ao que se pagava às pessoas.

De seguida a senhora Anabela Lourenço quis saber a que outros serviços se referia o ponto zero vinte, ponto, zero vinte e dois, ponto, quinhentos e noventa e nove.

O senhor presidente do executivo salientou que se tratava de pequenas despesas não afetas a rubricas específicas.

Interveio o senhor presidente da Assembleia dizendo que pessoalmente não tinha capacidade técnica suficiente para analisar em profundidade tais documentos e que confiava na equipa que os elaborou esperando que essa confiança não fosse atraída.

Pediu a palavra o senhor presidente da Junta para afirmar que tais documentos demonstravam transparência, o que não verificou com outros do género, datados de há quinze, dezasseis anos atrás, em que os gastos em combustíveis, por exemplo, eram seis, sete mil euros. Disse ainda que neste momento gastam cerca de seis mil euros em combustível mas possuem três carrinhas e um trator. Referiu ainda que não tinha qualquer problema em dar a cara e explicar todas as rubricas e subrubricas que constavam no documento, muitas delas, modificadas e melhoradas devido à experiência que adquiriu na sua empresa e com a ajuda da funcionária da Junta, a senhora Catarina.

Pediu a palavra a senhora Anabela Lourenço para questionar o senhor presidente da Junta sobre a rubrica “Execução do Plano Plurianual, - habitação e serviços coletivos-construção de habitações”. Inquiriu se este ponto se referia à construção das casas sociais. Perguntou ainda o que significava “Garantias e cauções” na rubrica “fluxos de caixa”.

Em resposta, o senhor presidente do executivo respondeu afirmativamente no que tocava à primeira questão. Sobre “Garantias e Cauções” deu como exemplo a obra da feira da Memória, em que era retido cinco por cento do valor da obra, ao longo de cinco anos ou com uma garantia bancária. Tal retenção tinha a ver com a qualidade dos materiais a aplicar.

Não havendo mais intervenções, foi este ponto proposto à votação, sendo aprovado com sete votos a favor dos elementos do P. S. e do senhor Rui Lagoa e com as abstenções da senhora Anabela Lourenço e do senhor Miquelino Santos.

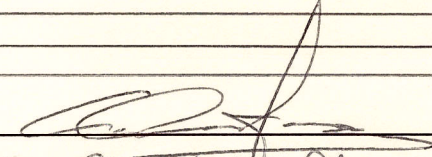
O senhor Vítor Henriques fez uma declaração de voto dizendo que a área de contas escapava ao seu conhecimento mas que confiava nas pessoas que elaboraram os documentos analisados por isso lhes dava o seu apoio e o seu voto favorável.

O senhor Miquelino Santos também fez uma declaração de voto dizendo que a sua abstenção não ia no sentido de não confiar nas pessoas, mas como o documento se referia ao ano de dois mil e dezassete, e tendo ele apenas integrado a Assembleia de Freguesia em dezembro desse ano, não se poderia pronunciar sobre o mesmo.

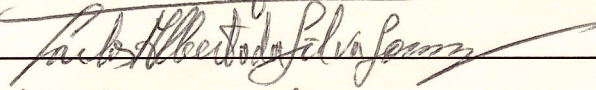
ATAS

Não havendo mais nada a tratar, pelas vinte e duas horas e cinquenta e seis minutos, desejando boa noite aos presentes, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual será lavrada a presente ata, que, posteriormente será aprovada pelos elementos da Mesa da Assembleia, trancada e assinada.

O Presidente da Assembleia



O Primeiro Secretário



O Segundo Secretário

